



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo n. 08010222320198180162**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALDO BEZERRA GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à TURMA RECURSAL.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Processo n.º 08010222320198180162

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECORRIDA: ALDO BEZERRA GOMES

## RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora RECORRIDA, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte RECORRIDA proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório. VEJAMOS:

Exercício UF Final da Placa Categoria(Saiba mais (/pages/Saiba-quanto-pagar.aspx)) Pagament Consultar

2018 PI 1 9 À vista

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
1	31/01/2018	SIM	31/01/2018	31/01/2018
PI: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018				

Sua busca por placa: PIP1731 UF: PI CATEGORIA: 09\*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagament
+	2020	R\$12,30	Quitado	
+	2019	R\$84,58	Quitado	
-	2018	R\$185,50	Quitado	
Data Pagamento		Valor Pago		
02/04/2018		R\$185,50		

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012<sup>1</sup>.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

<b>RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP</b>	<b>SÚMULA 257, STJ</b>
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

<sup>1</sup> Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art. 7º, § 1º da Lei 6.194/74<sup>2</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o § 1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil<sup>3</sup>.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

#### **FALTA DE COMPROVANTES DE DESPESAS MÉDICAS VÁLIDAS PARA COMPROVAR GASTOS**

Verifica-se com clareza, pela análise dos autos que a Recorrida não comprova de forma válida as supostas despesas desembolsadas, uma vez que acostou aos autos apenas recibos apresentados como despesas médicas os quais por sua vez não são aptos a comprovar o efetivo desembolso, segundo a seguradora.

Diante disso a Recorrente não pode ser condenada sem qualquer parâmetro ou comprovação do prejuízo suportado pela autora.

Ademais verificamos que uma das notas não condiz com a prescrição medica, vejamos:

- Prescrição medica:

NOME : \_\_\_\_\_

ENDEREÇO : \_\_\_\_\_

USO INT

1. Cefalexina 500mg \_\_\_\_\_ 28 comp

Tomar 01 comp VO 6/6hs por 7 dias

2. Nimesulida 100mg \_\_\_\_\_ 1cx

Tomar 01 comp VO 12/12hs

<sup>2</sup> Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>3</sup> Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

- Nota Fiscal:

COD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM /SH	EST	CPCB	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESC.	BTICMS	ICMS	V. IPT	ICMS	IPVA
7858391070840	MULTA	04031000	0500	5405	UN	1	51,29	51,29	0,56	0,00	0,00	0,00	0	0
7806112120940	LEXIN 300MG C/10CPR	30049070	0500	5405	UN	3	14,00	42,00	0,16	0,00	0,00	0,00	0	0
7834916140080	GEN NIMESULIDA 100MG C/12CPRS (LEGRAND IND. FARM)	30049070	0500	5405	UN	12	0,35	4,20	0,05	0,00	0,00	0,00	0	0
7801800364780	ESPALMADO IMPERMEAVEL 1,2CMx4,5M	30051030	0500	5102	UN	2	3,45	6,90	0,08	0,00	0,00	0,00	0	0
7801800197825	COMPRESSAS DE GAZE CREMER	30059020	0500	5102	UN	7	1,19	8,33	0,09	0,00	0,00	0,00	0	0
7801800006725	ATAO CREMER T CYSNE	30059090	0500	5102	UN	6	2,85	17,10	0,19	0,00	0,00	0,00	0	0
7806902212180	SORTI-SOLUCOES C/ BOMAL C/ TAMP (FARMIA)	33078030	0500	5405	UN	1	4,99	4,99	0,08	0,00	0,00	0,00	0	0

**ORA ILUSTRES JULGADORES VERIFICA SE QUE SOMENTE O ITEM 3 DA NOTA FISCAL CONDIZ COM A PRESCRIÇÃO MEDICA E QUE TODOS OS OUTROS ITENS NÃO COMPROVAM O NEXO DE CAUSALIDADE.**

Sendo assim, de acordo com a legislação aplicável a matéria em debate, as despesas de assistência médica e suplementares devem estar suficientemente comprovadas, sendo este ônus exclusivo do Autor que deveria no presente caso ter apresentado o demonstrativo das despesas juntamente com as notas fiscais devidamente acompanhadas dos receituários médicos.

Logo, verifica-se que a parte Autora faça jus ao recebimento de ressarcimento de despesas médicas é necessário que comprove a necessidade do tratamento realizado as despesas decorrentes e o NEXO CAUSAL entre o acidente de transito e os valores cobrados, repita-se o que não se verifica no presente caso.

A ausência nos autos prescrição médica, com datas e quitação, a prescrição indicando o procedimento a ser realizado pelo ora Recorrido, o que por si só, é motivo para que a presente demanda seja julgada totalmente improcedente.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao reembolso por despesas médico-hospitalares suportadas pelo seguro DPVAT, a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, o parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74, estabelece in verbis:

“Art. 5º. (...)

§1º (...)

b) PROVAS DAS DESPESAS EFETUADAS pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente E REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE – NO CASO DE DANOS PESSOAIS.” (g.n.).

Cabe ressaltar que as seguradoras efetuam o ressarcimento após análise meticulosa da documentação apresentada, sendo certo que não há pagamento a ser efetuado a titulo de DAMS.

Esta PROVA INCUMBE À PARTE AUTURAL, não só em função do que acima está expresso, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Motivo pelo qual a recorrente requer que, na ausência da documentação válida a sustentar uma condenação da Recorrente, seja reformada a r. sentença guerreada.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ALDO BEZERRA GOMES** , em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08010222320198180162.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

